

+ Luta + Direitos + Futuro

Os trabalhadores comunistas dos Seguros na região de Lisboa realizaram a sua 10ª Assembleia da Organização. Apresentamos alguns excertos das conclusões aprovadas, documento que será disponibilizado na íntegra na nossa página lisboa.pcp.pt, Organizações/Seguros.

De uma análise efetuada à “evolução” do Sector, verifica-se que apenas **4 grupos económicos constituídos por capital total ou maioritariamente estrangeiro (FOSUN, APOLLO, AGEAS e BPI), dominam cerca de 60% do mercado.**

Como se a fuga de capitais estratégicos nacionais para o estrangeiro não fosse suficiente, o mercado segurador nacional confronta-se actualmente com um ataque especulativo sem precedentes.

Pois, se até tempos muito recentes, a indústria seguradora nacional era liderada por grupos económicos de génese essencialmente ligada à actividade seguradora (Allianz, AXA, Zurich e, mais recentemente, a AGEAS), a realidade com que actualmente somos confrontados, é a de um **crescente domínio do mercado segurador nacional por grupos económicos de matriz exclusivamente especulativa (APOLLO, FOSUN)**, cujo único escopo mercantil visa, tão só, a maximização do lucro, sem qualquer preocupação ou responsabilidade pelas consequências que esse tipo de conduta possa representar para o sector e os seus trabalhadores.

Os lucros das empresas de Seguros e os ataques aos direitos dos trabalhadores

Em 2015, as contas do sector segurador apresentaram um resultado líquido (lucro), acima dos 390 milhões de euros. E um volume total de investimentos equivalente a quase 54 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 30% do PIB, o que confirma o sector como um dos principais investidores institucionais do país.

Em 2016, de acordo com resultados já divulgados, só a Fidelidade apresentou lucros de 211,1 milhões de euros, resultado de uma quota de mercado global de 32,2%, liderando o sector segurador nacional.

Não obstante os lucros alcançados, a Fidelidade teve o desplante de solicitar ao Governo PS/Ministério do Trabalho um pedido de reconhecimento de estatuto de empresa em reestruturação, cujo único objectivo seria concretizar um despedimento colectivo de mais de 400 trabalhadores (que foi recusado);

A AGEAS (Ex. AXA) procedeu a um despedimento colectivo que envolveu mais de 70 trabalhadores;

A Seguradoras Unidas (Tranquilidade e Açoreana) anunciou uma reestruturação com o objectivo de eliminar mais 380 postos de trabalho que já conta com o aval do Governo PS/Ministério do Trabalho, depois de já ter eliminado 100 mascarados de “rescisões amigáveis”.

O desenvolvimento tecnológico: novas e velhas questões

A introdução de novos automatismos que devem traduzir-se na diminuição de ritmos e cargas de trabalho servem de pretexto **para a tentativa da redução de postos de trabalho.**

O desenvolvimento tecnológico deve ser encarado como uma mais-valia para a classe trabalhadora. Porém, como é natural, o patronato procura usurpá-lo para aumentar a exploração. Os trabalhadores devem responder com a mobilização para a luta em defesa da diminuição do horário de trabalho e elevação das condições de trabalho.

+ Luta + Direitos + Futuro

O ataque ao CCT 2008 e aos direitos dos trabalhadores

Na sequência da decisão do Supremo Tribunal de Justiça de 2015, legalmente em vigor existe um único Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) no Sector, que foi assinado entre o SINAPSA e a APS (Associação Portuguesa de Seguradores), publicado no Boletim de Trabalho e Emprego no dia 8 de agosto de 2008.

Nesta inqualificável tentativa de destruir a contratação colectiva, os sindicatos da UGT assumiram-se de corpo inteiro como um instrumento do patronato para o roubo de direitos no plano institucional e na propagação das suas mentiras. Os “Acordos” de empresa que sucederam ao CCT de 2012, celebrado entre o STAS e as seguradoras, visam tão só destruir o CCT 2008, introduzindo passo a passo uma série de alterações sempre em prejuízo dos trabalhadores.

Lembramos que os direitos inscritos no CCT 2008, correspondem a 43 milhões de euros anuais que revertem a favor dos trabalhadores, elemento central para uma efectiva distribuição da riqueza criada.

Como todos os direitos no Sector foram resultado da luta dos trabalhadores, será a luta no presente e no futuro, o principal instrumento impulsionador de novas conquistas.

Controlo Público do Sector Segurador: uma necessidade estrutural para o desenvolvimento do país

Entre 70% e 75% da produção nacional de seguros advêm de seguros obrigatórios, sejam eles impostos por lei, sejam pelos seus operadores, como é o caso dos seguros de vida, exigidos para efeitos da concessão de crédito à habitação.

Mais que não fosse, esta dependência do Sector Segurador de um regime de seguros obrigatórios, por si só, seria já suficiente para confirmar as várias contradições que o sistema capitalista apresenta, bem como a subjugação da política de direita ao poder económico.

Pois, se por um lado, obrigam-se os cidadãos e as empresas a subscrever os mais variados tipos de seguros, por outro lado, deixa-se à livre e voraz vontade dos especuladores a determinação do preço dos seguros, bem como as margens de lucro que pretendem dos mesmos retirar.

Questão central é o papel essencial que a actividade seguradora deve prestar à protecção da actividade económica, nomeadamente, os sectores produtivos.

No plano nacional, o controlo público do Sector, é a única medida que defende os interesses soberanos do país e permite alavancar o desenvolvimento económico aproveitando a rentabilidade expectável do Sector. Daí que o PCP enquadre o controlo público do sector financeiro juntamente com o de outros sectores estratégicos da economia portuguesa, com o investimento no aumento da produção nacional (reduzindo importações), o fim da submissão aos ditames do Euro, que se interligam na política patriótica e de esquerda que apresentamos aos trabalhadores e ao povo.

A luta dos trabalhadores como factor de transformação

Será nas empresas e nos locais de trabalho que se decidirá a validade da contratação colectiva, do combate à precariedade, do aumento dos salários, conquista de novos direitos e combate à repressão às estruturas representativas dos trabalhadores.

Existe uma contradição insanável entre os interesses do patronato e os dos trabalhadores. A ânsia pelo aumento dos lucros é incompatível com uma justa repartição da riqueza criada e valorização do Trabalho.

É a luta que transforma. Cabe aos trabalhadores dos Seguros, unidos em torno das suas verdadeiras organizações representativas, dinamizar a luta e construir um futuro mais próspero e justo. **Os trabalhadores podem contar, sempre, com o PCP na defesa dos seus legítimos interesses.**

Junta-te à luta com o PCP